



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para **aquisição de ares condicionados e diversos**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem o **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

ARES CONDICIONADOS E DIVERSOS			
LOTE	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 9.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA PRINCIPAL)	UND	40
2	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 9.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA RESERVADA DO LOTE 01, LEI 123/06)	UND	10
3	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 12.000 BTUS - Ciclo frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia mínima de 12 meses. (COTA PRINCIPAL)	UND	90
4	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 12.000 BTUS - Ciclo frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia mínima de 12 meses. (COTA RESERVADA DO LOTE 03, LEI 123/06)	UND	30
5	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 18.000 BTUS - Ciclo frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia	UND	90



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	mínima de 12 meses. (COTA PRINCIPAL)		
6	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 18.000 BTUS - Ciclo frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia mínima de 12 meses. (COTA RESERVADA DO LOTE 05, LEI 123/06)	UND	20
7	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 22.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA PRINCIPAL)	UND	40
8	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 22.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA RESERVADA DO LOTE 07, LEI 123/06)	UND	10
9	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 24.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA PRINCIPAL)	UND	40
10	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 24.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA RESERVADA DO LOTE 09, LEI 123/06)	UND	10
11	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 30.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA PRINCIPAL)	UND	8
12	Ar condicionado - modelo split de parede, com capacidade de 30.000 BTUS - frio, INVERTER, tensão monofásico 220V. Desing compacto, baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA RESERVADA DO LOTE 11, LEI 123/06)	UND	2



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13	Ar condicionado - modelo split frio (pisso/teto), com capacidade de 36.000 BTUS, tensão monofásico 220V. Baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA PRINCIPAL)	UND	40
14	Ar condicionado - modelo split frio (pisso/teto), com capacidade de 36.000 BTUS, tensão monofásico 220V. Baixo custo de energia - selo do INMETRO A de consumo, serpentina de cobre, controle remoto e garantia de 01 ano para defeitos de fabricação. (COTA RESERVADA DO LOTE 13, LEI 123/06)	UND	10
15	VENTILADOR DE PAREDE DE 50CM, 220V, COM SELO INMETRO A. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND	50
16	FREEZER HORIZONTAL, 02 PORTAS, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 520 LITROS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, GARANTIA DE 01 ANO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND	10
17	Bebedouro industrial com 04 torneiras, em aço inox e capacidade mínima de 200 L, tensão 220V. Certificado pelo INMETRO e garantia de 01 ano. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND	10
18	Bebedouro água garrafão - Bebedouro Água Garrafão Material: Plástico Abs E Chapa Aço Inoxidável, Tipo: Elétrico De Coluna, Capacidade: 20 L, Voltagem: 220 V, Características Adicionais: Baixo Consumo Energia, Termostato Regulável, Inmetro. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND	30
19	BEBEDOURO DE MESA ÁGUA GELADA E NATURAL, COR BRANCA, COM DUAS TONEIRAS, SELO A, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO. DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND	10

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário de funcionamento do órgão.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.2. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **MAYKON ANTONIO BARBOSA SILVA, Coordenador de Compras Públicas, CPF nº 112.478.934-05**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com **o município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.